



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 197/99 de 31 de agosto de 1999

INTERESSADO: Vereador AIRTON LUIZ MINÚSCULI

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: "REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES CIVIS NA DEFESA DO
MEIO AMBIENTE E NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA LEGISLA-
ÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES-RS"

PROJETO-DE-LEI nº 025/99 de 24 de agosto de 1999

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça; Saúde e Meio Ambiente

ARQUIVADO EM: _____

W. Mendes
Secretário-Geral

Arquivado 29.12.99



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

Ao

Exmo.Sr.

Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**

Presidente da Câmara de Vereadores

NESTA.

Senhor Presidente:

O Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**, líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores-(PT), vem perante à V. Exa., requerer, que seja encaminhado para apreciação e deliberação do Plenário desta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei, que " **REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES CIVIS NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - RS.**"

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.


Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**
Líder da Bancada do PT.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

PROJETO DE LEI Nº 025, DE 24 DE AGOSTO DE 1999.

REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES
CIVIS NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E NAS
ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA LEGISLA
ÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO
DE BENTO GONÇALVES - RS.

Art. 1º - As Entidades Civas, legalmente consti-
tuídas no município de Bento Gonçalves
poderão participar das atividades de fiscalização da legislação de
proteção ambiental no território do município, observando o dispos-
to desta Lei.

Art. 2º - A Secretaria da Saúde e Meio Ambiente
credenciará para tanto, as pessoas in-
dicadas pelas Entidades Civas munindo-se de identificação e dos
demais documentos que se fizerem necessários, bem como fornecendo
orientação sobre os aspectos técnicos legais e administrativos per-
tinentes.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização efetivada
por pessoas credenciadas nos
termos desta Lei deverá ter ação educativa e, quando necessário,
restringir-se-á à lavratura do auto de constatação circunstancia-
do e à advertência para a cessação imediata da infração, cabendo,
exclusivamente, à Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente a
aplicação de multas e demais penalidades subseqüentes.

Parágrafo Segundo: A Secretaria Municipal da Saú-
de e Meio Ambiente poderá pro-
mover mutirões ambientais visando à atuação conjunta de seus fun-
cionários e de pessoas credenciadas nos termos desta Lei em opera-
ções programadas de fiscalização.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta
Lei no que fizer necessário à sua per-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

feita execução.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos vinte e quatro dias do mês do agosto de mil novecentos e noventa e nove.

DARCY POZZA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

A participação das entidades civis, na fiscalização das leis de proteção à natureza, já existe e vem crescendo em importância no contexto social, embora seja ainda pouco reconhecida.

Os ecologistas vêm atuando e colaborando, efetivamente, com recursos humanos qualificados e recursos materiais, para o cumprimento da legislação que protege a fauna, a flora e as áreas naturais.

Mais importante ainda se torna esta colaboração, se levarmos em conta as conhecidas deficiências estruturais dos órgãos oficiais de defesa ambiental, cujos quadros funcionais não conseguem suprir as necessidades de fiscalização, nem dispõem de meios materiais para praticá-la com eficiência.

Em Bento Gonçalves, a situação não é diferente, e aqui a participação das entidades civis no esforço para o cumprimento da legislação municipal já é expressiva, mesmo que informal.

Diante do exposto, impõem-se, que a Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente promova também, nos termos que ora propomos, o reconhecimento oficial e a regulamentação desta participação comunitária legítima, o que trará evidentes benefícios na defesa do patrimônio natural do Município de Bento Gonçalves.

Sala das Sessões, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.


Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Líder da Bancada do PT.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

DESPACHO

Em conformidade com o Art. 99, do Regimento Interno desta Casa, determino o arquivamento do Processo nº 197/99, de 31 de agosto de 1999, que “REGULAMENTA A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES CIVIS NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES”.

Bento Gonçalves, 29 de dezembro de 1999.

Vereador *IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI*,
Presidente.